



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR A PARALISAÇÃO NACIONAL DOS CAMINHONEIROS

REQUERIMENTO Nº /15 (Do Sr. Nilson Leitão)

Requer seja realizada reunião de Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso, para debater e paralisação nacional dos caminhoneiros.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do RICD que, ouvida a Comissão, seja realizada reunião de Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso, para debater e paralisação nacional dos caminhoneiros.

Indicamos para debater o tema:

- Representante da Assembleia Legislativa do Mato Grosso;
- Representante do Ministério Público Federal
- Representante do Ministério da Agricultura
- Representante do Ministério do Transporte
- Representante do Ministério da Justiça
- Representante do Casa Civil da Presidência da República
- Representante do Ministério de Minas e Energia
- Representante dos Diversos Segmentos e Representatividades dos Caminhoneiros do Brasil
- Representante da FAMATO
- Representante da FETAGRI
- Representante da APROSOJA
- Representante da Frente Parlamentar da Agricultura – FPA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A greve dos caminhoneiros cria o caos e é fruto dos descalabros do governo, que fala em desenvolvimento, mas deixa o País parar

Queda no preço do frete e altas do diesel e pedágio originaram protestos. Entenda os principais pontos da greve e reivindicações dos caminhoneiros. Ao todo, 14 estados já foram atingidos por paralisações.



Os protestos de caminhoneiros contra o aumento do diesel e o preço do frete, considerado baixo pela categoria, já atingiram mais de 14 estados.



RODOVIAS FECHADAS Caminhoneiros fazem protestos pelo país

Bloqueios ocorrem em diversas estradas pelo país, mesmo após decisões judiciais que determinaram a liberação de rodovias federais em 11 estados e após negociação entre o governo e sindicatos e associações de caminhoneiros.

Um dos itens do acordo foi a sanção sem vetos da Lei dos Caminhoneiros, que estabelece regras para o exercício da profissão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A liderança do movimento não é centralizada. O acordo não contou com o apoio, entre outros, de Ivar Luiz Schmidt, que se diz representante do Comando Nacional do Transporte. Segundo ele, o CNT foi responsável por cerca de 100 pontos de bloqueio nas estradas.

Veja abaixo os principais pontos da greve:

O que pedem os caminhoneiros?

Não há uma pauta unificada de reivindicações. Os manifestantes reclamam, principalmente, da alta do preço do diesel, da redução do preço do frete e do valor dos pedágios.

Segundo a Federação dos Transportadores Rodoviários Autônomos do Estado de São Paulo (Fecamp), a alta do diesel, em janeiro, de R\$ 0,15 por litro serviu como “gatilho” para os protestos.

O combustível ficou mais caro depois que o governo elevou as alíquotas do PIS/Cofins e da Cide. A expectativa da equipe econômica é arrecadar R\$ 20,6 bilhões neste ano com as alterações.

Ainda segundo a Fecamp, o preço do frete teve uma queda de 37% em todo o país nos últimos cinco meses. A federação alega que, ao mesmo tempo em que aconteceu essa diminuição, houve alta nos custos de manutenção dos caminhões e das safras de produtos agrícolas, resultando em “mais carga a transportar”, com “o mesmo número de caminhões”.

A Abcam explica que a queda de 37% acontece porque a remuneração paga aos caminhoneiros não acompanhou esse aumento de custos, reduzindo o valor final que “resta na mão do motorista”.

As entidades do setor apontam a existência de um “cartel informal” do preço do frete, pedindo o estabelecimento de uma planilha nacional de referência.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou ao **G1** que o preço do frete é livre, negociado entre contratante e contratado. O que se regulamenta é apenas a forma de pagamento, para fins fiscais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Haroldo Christensen, diretor de projetos e comunicação da Associação Brasileira de Caminhoneiros (Abcam), afirma que o valor do frete, hoje, é definido por uma tabela de referência feita pelas transportadoras. "Nós entendemos como ilegal, porque pode gerar uma cartelização do frete", diz.

"O frete deveria ser o maior motivo da paralisação. Porque a variação do diesel, dos insumos, devia estar ligada a isso. O que não existe é uma planilha nacional de custos, em que fossem colocados todos os insumos assumidos, como combustível, pneu, manutenção. E junto com isso o valor das commodities. E sairia um valor de tonelada/km rodado, que seria variável conforme esses elementos", defende Christensen.

Outro motivo apontado para os protestos é o preço do pedágio nas rodovias, além de casos em que o valor é embutido no frete. "Desde 2001, pela lei 10.209, foi estabelecido o Vale-Pedágio Obrigatório, o qual determina que o valor do pedágio tem que ser pago, integralmente, pelo embarcador, e não pelo caminhoneiro", argumenta a federação, que pede maior rigor na fiscalização pela ANTT.

Quem comanda o protesto?

A manifestação não é centralizada. Os primeiros protestos começaram em 13 de fevereiro, no Paraná, em um ato que incluía os professores do estado reclamando de medidas de corte de gastos e do que classificam de "abandono" da educação. Nos dias seguintes, a manifestação se espalhou por outros estados.

"Estamos acompanhando, não estamos participando", diz Christensen, da Abcam. "É um movimento que tem acontecido e não tem comando central. Não existe uma direção. Em cada lugar estão agindo de uma maneira diferente", explica.

O governo pode voltar atrás no preço do diesel?

Em meio à paralisação, o ministro da Secretaria-Geral, Miguel Rossetto, afirmou que não faz parte da "pauta" do governo reduzir preço do litro do óleo diesel. "Não está na pauta do governo a redução do preço do diesel neste momento", disse. A definição dos preços dos combustíveis no Brasil parte da Petrobras. Porém, a variação do preço nas bombas para o consumidor depende de decisão dos postos de gasolina.



Que atitudes foram tomadas para desbloquear as estradas até agora?

A Advocacia-Geral da União protocolou ações na Justiça Federal dos estados onde houve o bloqueio de rodovias. A AGU pediu que a Justiça conceda liminar (decisão provisória) para que as estradas sejam desbloqueadas e para que seja imposta uma multa de R\$ 100 mil por cada hora em que a decisão for descumprida. Em 11 estados, o pedido da AGU foi atendido.

Divulgadas na última semana de fevereiro, as decisões judiciais impedem os motoristas de fecharem todas as rodovias federais de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Ceará, e em 14 municípios de outros cinco estados – Paraná, Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Os juízes fixaram multas que variam de R\$ 1 mil a R\$ 50 mil para cada hora que os manifestantes se recusarem a liberar as pistas.

Como o governo está agindo?

O governo recebeu representantes dos caminhoneiros para um encontro em Brasília. Segundo o dirigente da Abcam, foram convidadas algumas lideranças locais. "Nós, como associação, fomos convidados como ouvintes. Nós entendemos que não é o correto. Mas vamos como ouvintes e lá reivindicamos", afirmou Christensen antes do encontro.

Após a reunião, o governo se comprometeu a sancionar sem vetos a Lei dos Caminhoneiros. A matéria foi aprovada na Câmara no último dia 11 e estabelece regras para o exercício da profissão de motorista. O texto foi publicado em 3 de março no "Diário Oficial da União"; veja os principais pontos.

Ainda segundo o acordo, a Petrobras se comprometeu a não reajustar o preço do diesel pelos próximos seis meses.

Como a categoria reagiu ao anúncio de acordo?

Sindicatos e associações aceitaram a proposta do governo para acabar com os bloqueios. Mas lideranças como Ivar Luiz Schmidt, que se diz representante do Comando Nacional do Transporte, rejeitaram o acordo. Segundo ele, o CNT é responsável por cerca de 100



CÂMARA DOS DEPUTADOS

pontos de bloqueio nas estradas. A entidade foi criada recentemente e não é vinculada a nenhum sindicato ou confederação de trabalhadores.

Manifestantes que continuavam protestando ao longo da semana disseram que não tinham sido notificados das decisões judiciais ou que o grupo que negociou o fim das interdições não tem legitimidade.

Quantos caminhões registrados existem no Brasil?

Segundo a ANTT, são 1 milhão de registros de transportadores, com 2,2 milhões de veículos. A maioria dos registros (857 mil) é para autônomos, 1 milhão de veículos. Já os registros de empresas são 171 mil, com 1,2 milhões de veículos. Os registros para cooperativas são 410, com 17 mil veículos.

Portanto, entendemos que a promoção desse debate é de suma importância para os esclarecimentos necessários e conto com a aprovação dos Pares para aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Dep. Nilson Leitão
PSDB/MT